

**“A MULHER DE FRÁGIL ELA NÃO TEM NADA, TEM?”:
MEMÓRIAS DE UMA PROFESSORA EM MONTES CLAROS-MG
(1960-1970)¹**

**"THE WOMAN OF FRAGILE SHE HAS NOTHING, HAS?":
MEMORIES OF A TEACHER IN MONTES CLAROS-MG
(1960-1970)**

**"LA MUJER DE FRÁGIL ELLA NO TIENE NADA, TIENE?":
MEMORIAS DE UNA PROFESORA EN MONTES CLAROS-MG
(1960-1970)**

Barbara Figueiredo Souto²

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar representações sobre as mulheres no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais, durante as décadas de 1960 e 70. Para tanto, analisamos as memórias de uma professora residente na cidade por meio da abordagem teórico-metodológica da história oral. Além de percebermos as representações construídas, o trabalho possibilitou conhecermos mais sobre a história da cidade e de seus agentes, revelando vivências e tramas que envolveram, principalmente, o universo educacional.

Palavras-chave: Mulheres; representações; história oral; Montes Claros-MG.

Abstract

The purpose of this article is to analyze representations about women in the municipality of Montes Claros, estate of Minas Gerais, during the 1960s and 70s. For this purpose, we analyze the memories of a teacher residing in the city through theoretical-methodological approach of oral history. In addition to perceiving the constructed representations, the work made possible to know more about the history of the city and its agents, revealing experiences and plots that mainly involved the educational universe.

¹ Este artigo é proveniente de projeto financiado pela FAPEMIG, no qual a autora do texto foi bolsista na modalidade Incentivo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico (BIPDT). Sendo assim, agradeço o apoio da mencionada agência de fomento, a qual foi imprescindível para a realização desse trabalho.

² Doutoranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: barbara.souto@unimontes.br.

Keywords: Women; representations; Oral History; Montes Claros-MG.

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar representaciones sobre las mujeres en el municipio de Montes Claros, en el estado de Minas Gerais, durante las décadas de 1960 y 70. Para ello, analizamos las memorias de una profesora residente en la ciudad a través de lo enfoque teórico-metodológico de la historia oral. Además de percibir las representaciones construidas, el trabajo posibilitó conocer más sobre la historia de la ciudad y de sus agentes, revelando vivencias y tramas que involucran, principalmente, el universo educativo.

Palabras clave: Mujeres; representaciones; historia oral; Montes Claros-MG.

O poema de Carlos Drummond de Andrade, intitulado “O historiador”, se inicia da seguinte maneira: “Veio para ressuscitar o tempo” (ANDRADE, 2014, p. 28). Fazendo jus aos versos do poeta mineiro, nós – historiadores e historiadoras – estamos atentos(as) ao tempo e repletos(as) de questionamentos sobre nossa história.

Algumas inquietações historiográficas deram origem a um projeto de pesquisa, do qual este artigo é proveniente, desenvolvido entre agosto de 2017 e julho de 2018. O objetivo primeiro era analisar representações sobre as mulheres na cidade de Montes Claros, em Minas Gerais, durante as décadas de 1960 e 70, compreendendo as representações do mundo social como construções forjadas por interesses de determinados grupos. Tais representações constituem-se em “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p. 17). Por conseguinte, para refletir sobre as representações optamos por utilizar a abordagem teórico-metodológica da história oral, com o intuito de analisar as memórias construídas sobre as mulheres e as vivências reveladas nos relatos.

A proposta inicial era comparar representações forjadas por homens e mulheres,³ elencando como enunciadore professoras e professores que residiram na cidade de Montes Claros nas décadas de 1960 e 70. Com as informações obtidas na comunidade, construímos uma lista de possíveis entrevistados. Ao fazer contato com uma professora

³ Nossa análise é pautada nas relações de gênero, conforme as concepções de Joan Wallach Scott (1995). A historiadora compreende gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos; e também como a forma primeira de significar as relações de poder. Assim, é fundamental a ênfase no caráter social e cultural das diferenças baseadas no sexo, distanciando-se das determinações biológicas. Além disso, é importante estudar as mulheres em aspecto relacional com os homens, tornando inconcebível estudar as mulheres separadamente do sexo oposto.

elencada, a qual prontamente se colocou à disposição para conceder a entrevista, a mesma fez questão de um primeiro contato pessoal antes da sessão gravada. O encontro ocorreu na casa da professora, onde pudemos dialogar por mais de duas horas. Após esse momento, os rumos da pesquisa foram modificados. Devido à grande experiência revelada pela professora e pela empatia estabelecida no encontro, adaptamos a proposta do projeto para focar na análise das representações sobre as mulheres em Montes Claros a partir das memórias de D. Vitalina. A escolha do pseudônimo está articulada com a maneira como ela enxerga o mundo, mostrando ser uma pessoa otimista, com grande amor pela vida, cuidadosa com a saúde e preocupada com sua qualidade de vida.

“Vou fazer uma graça, posso?”

Com intervenções como a que inserimos no título deste tópico, repletas de bom humor e reflexões, D. Vitalina se integrou na dinâmica da entrevista, compondo o grupo dos “melhores narradores”, descritos por Dulcilia Neves de Almeida Delgado:

Os melhores narradores são aqueles que deixam fluir as palavras na tessitura de um enredo que inclui lembranças, registros, observações, silêncios, análises, emoções, reflexões, testemunhos. São eles sujeitos de visão única, singular, porém integrada aos quadros sociais da memória e da complexa trama da vida (DELGADO, 2003, p. 22-23).

Apesar de termos encontrado uma exímia narradora para colaborar com o projeto, temos ciência dos dilemas da história oral. Segundo Verena Alberti, mesmo com o avanço representado por esse campo ao registrar experiências de pessoas cujas histórias dificilmente seriam acessadas, o reconhecimento da história oral foi moroso. Foi necessário ocorrer uma série de modificações nas concepções do fazer História para que as potencialidades do novo método fossem aceitas e incorporadas no universo acadêmico (ALBERTI, p. 158).

Outrossim, José Carlos Sebe Bom Meihy ressaltou como o contexto político-social também foi elementar ao abrir possibilidades para a execução de determinados métodos historiográficos: “A história oral brasileira, como a do resto da América Latina, esteve sujeita à circunstância da abertura política nacional. Esta marca, aliás, garante o caráter democrático que marca a história oral” (MEIHY, 2016, p. 192).

Tendo em vista essa trajetória, Philippe Joutard afirmou:

Estamos persuadidos de que a história oral não está mais em suas primícias. Chegou já à primavera e é cada vez mais reconhecida e compreendida nos círculos acadêmicos mais tradicionais. Os que contestam a fonte oral travam combates ultrapassados (JOUTARD, 2000, p. 33).

O atual reconhecimento do campo não culmina numa imunidade às dificuldades. Alberti nos alertou para um equívoco cometido por alguns pesquisadores, que “está em considerar que a entrevista publicada já é ‘História’, e não apenas uma fonte que, como todas as fontes, necessita de interpretação e análise” (ALBERTI, 2008, p. 158). Joutard também apontou alguns desafios enfrentados pelos(as) historiadores(as) orais no século XXI: “Como em todo fenômeno que atinge a maturidade, o risco de perda de vitalidade, de banalização é real”. Nesse sentido,

[...] é preciso saber respeitar três fidelidades à inspiração original: ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades ‘indescritíveis’, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono (JOUTARD, 2000, p. 33).

Tendo em vista os alertas e proposições dos autores e autoras, neste artigo almejamos ouvir e registrar aspectos da memória ausentes em documentos escritos, aguçar sentimentos e ideias latentes que nos auxiliem na análise crítica a respeito das representações sobre as mulheres, além de conhecer uma perspectiva sobre a vivência em Montes Claros, nas décadas de 1960 e 70. É importante esclarecer que a escolha pelas mencionadas décadas justifica-se pela escassez de reflexões historiográficas que abordem a temática proposta, pela viabilidade da pesquisa, ou seja, pelo fato de encontrarmos agentes históricos aptos a concederem relatos orais, bem como a possibilidade de utilizarmos a imprensa escrita de forma articulada à história oral, já que encontramos números de periódicos da imprensa montes-clarense no acervo regional.

“Eu não parei de estudar!”

D. Vitalina é uma senhora de 80 anos, moradora da cidade de Montes Claros-MG desde fins dos anos 1950. Professora de formação, ela se orgulha por ter seguido, incessantemente, em busca de conhecimento. Ao perguntarmos qual o seu livro

predileto, ela respondeu: “Pode ser exagero, mas eu gosto de todos os livros”⁴ (VITALINA, 2018). A professora aposentada aprecia livros de literatura, filosofia, religião, ensino etc. Para ela, um livro é “onde eu encontro algo a aprender. Por que a gente nunca sabe tudo” (VITALINA, 2018).

Essa concepção do aprendizado constante condiz com a prática discente e docente relatada por D. Vitalina. Suas primeiras experiências se deram no município de Juramento, em Minas Gerais, onde ela cursou a Educação Básica. Orgulhosa, ela contou que antes de fazer o Curso Normal – em Montes Claros –, começou a exercer a docência. Segundo D. Vitalina, por volta do ano de 1955, faltavam professores na região, e as pessoas eram convidadas a lecionar mesmo sem formação específica. Sobre esse momento, ela relatou: “A gente teve uma, uma oportunidade muito boa, que marcou muito, marcou a minha vida e contribuiu muito para a minha profissão – *tô* até com vontade de chorar –, que foi fazer curso em Leopoldina” (VITALINA, 2018).

A memória do curso de capacitação de professores deixou D. Vitalina emocionada. Ela enfatizou: “Foi uma época também muito boa, contribuiu muito, muito, muito para, para a minha vida, para a minha prática de vida” (VITALINA, 2018). Ela se lembrou que, em Leopoldina, teve aulas de português, matemática, ciências sociais e zootecnia. Esta última matéria foi a que D. Vitalina lembrou com mais carinho, pois remetia às suas raízes rurais:

Aproveitava nossa experiência de comunidade rural e, na comunidade rural a gente passa por essas coisas. É... sou apaixonada, faço questão de falar, sou apaixonada com a natureza até hoje. Quando eu chego num lugar que parece onde eu, onde eu morei, é... eu sinto, eu só não vejo, não vou exagerar falar que eu vejo, eu sinto como se eu estivesse na terra onde a gente nasceu, que era, meu pai, né, era agricultor, sem terra, era sem terra, mas não sem terra que... não era com o espírito do sem terra de hoje, não. Não tinha terra porque a terra era vendida, e nunca teve dinheiro pra comprar sítio, mas, trabalhava nas terras dos outros, era chamado de meeiro, por que meeiro? Porque a metade da produção era pra família nossa, e a metade para o dono da terra. Mas tinha a participação também dos dono da terra, além de ceder a terra ajudava um pouco na, na semente... (VITALINA, 2018).

⁴ Fizemos o possível para sermos fiéis à narração da protagonista deste trabalho, utilizando a pontuação conforme o ritmo da fala, e as palavras, conforme pronunciadas, mesmo que incorrendo em erros gramaticais.

As experiências que tinham alguma articulação com a terra pululavam nos relatos de D. Vitalina. Após passar pelo Curso Normal, a eterna aprendiz ingressou, provavelmente no ano de 1968, no curso de Letras na Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (FUNM).⁵ Concomitantemente, trabalhou na Superintendência de Ensino de Montes Claros. Após a formatura, em 1972, foi convidada para ser supervisora de área no Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).⁶ Segundo D. Vitalina, essa atividade exigia que ela viajasse por várias cidades mineiras para supervisionar as classes, seja na área urbana ou rural. A nosso ver, o trabalho com jovens e adultos foi o ápice da experiência profissional da professora aposentada. Sorridente, ela disse: “Desculpa, mas eu sou encantada com o trabalho que a gente fazia. [...] Era um trabalho muito bom, porque tinha, levava-se muito em conta a sabedoria” (VITALINA, 2018). A última palavra foi pronunciada quase soletrando. Por essa razão, corroboramos Alessandro Portelli ao chamar atenção para a importância em analisar o ritmo dos relatos:

Não há regras fixas de interpretação: diminuição de ritmo pode significar tanto ênfase maior, como maior dificuldade, e a aceleração pode mostrar um desejo de escorregar sobre certos pontos também como maior familiaridade ou facilidade. [...] Mudanças são, entretanto, a norma do discurso, enquanto que a regularidade é a norma da escrita [...]” (PORTELLI, 1997, p. 28).

Tendo isso em vista, sugerimos que a forma vagarosa com que D. Vitalina pronunciou “sabedoria” teve o intuito de chamar atenção para a importância dessa palavra na sua concepção de educação, ou seja, a realidade do estudante e seus saberes adquiridos no cotidiano eram fundamentais no processo de ensino-aprendizagem.

Na obra *Pedagogia do oprimido*, Paulo Freire afirmou: “o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos [...]” (FREIRE, 2004, p. 68). Apesar de D. Vitalina nos relatar que Paulo Freire era uma referência, que era um autor muito importante para pensar os

⁵ Essa fundação de ensino foi estadualizada posteriormente, dando origem à Universidade Estadual de Montes Claros. Sobre o assunto, ver Caleiro; Pereira (2002).

⁶ Esse programa de ensino foi implementado a partir da lei n. 5.379, de 15 de dezembro de 1967, com a meta de alfabetizar 11,4 milhões de adultos até o ano de 1971 e acabar com o analfabetismo no Brasil até 1975. O programa tinha orientação ideológica claramente compatível com o regime político brasileiro instaurado em 1964. Sobre o assunto, ver Cunha; Xavier (s.d.).

métodos da educação de adultos, não sabemos quando ela teve contato com a obra, já que a primeira edição da *Pedagogia do oprimido* foi publicada em 1968. Entretanto, os relatos da professora se coadunam com as propostas de Freire. Talvez, a prática libertadora de D. Vitalina tenha sido anterior às leituras ou, como é comum, por meio dos relatos ela tenha ressignificado ações passadas.

Ao rememorar sua prática docente, a professora fez questão de dizer: “Eu aprendi muito com os analfabetos. Isso aqui, eu quero deixar um elogio pra eles, viu?! Eles só não sabiam ler as letras, mas eles tinham muita sabedoria” (VITALINA, 2018). Percebemos que D. Vitalina tinha uma concepção ampla de ensino, não privilegiando apenas a educação formal. Pautada numa perspectiva dialógica, valorizava as vivências e saberes de cada indivíduo. Ainda sobre os estudantes do Mobral, ela disse: “Ensinar a ler, a gente os ensinou. E sou muito feliz em ter contribuído, me sinto feliz em ter contribuído com essa parte. Eu falo isso com uma gratidão a Deus pela oportunidade e, pra ser bem honesta, com saudade” (VITALINA, 2018).

A professora demonstrou muito carinho e apreço pelos estudantes, do ensino regular e os jovens e adultos. Ao ser indagada a respeito dos métodos de ensino utilizados nas aulas, D. Vitalina nos revelou que não almejava que seus alunos decorassem o conteúdo: “era pra refletir e entender” (VITALINA, 2018).

Ainda sobre o ambiente de trabalho, incitamos a professora a pensar sobre as relações de gênero nas décadas de 1960 e 70. Ela relatou não ter sofrido nenhum tipo de preconceito ou violência pelo fato de ser mulher. Segundo ela, era comum mulheres atuarem no magistério, sendo raro ter um professor na educação primária. Nas palavras de D. Vitalina, “a maioria mesmo era mulher porque, é... a mulher tem muito de mãe. E os meninos eram como se fossem nossos filhos (VITALINA, 2018).

Essa afirmação nos chamou a atenção, pois a entrevistada reproduziu uma representação sobre as professoras que vem sendo construída no Brasil desde o século XIX. A esse respeito, Guacira Lopes Louro afirmou:

Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, a ‘extensão da maternidade’, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha ‘espiritual’. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto, seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e

doação. A ele acorreriam aquelas que tivessem ‘vocação’ (LOURO, 1997, p. 450).

A articulação da docência com a maternidade culminou na naturalização dos gêneros, propagando um discurso que associou a profissão de professora a um sacerdócio. Desta forma, foram construídas representações das professoras como mulheres dóceis, dedicadas e pouco reivindicadoras. Segundo Louro, estes elementos dificultaram as solicitações por aumento de salários e melhorias nas condições de trabalho (LOURO, 1997, p. 450). Vale ressaltar que, no Brasil, o ensino primário era destinado ao exercício do magistério feminino, enquanto o ensino secundário era dominado pelos professores do sexo masculino. Ainda na década de 1980, conforme dados dos censos demográficos e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-IBGE), 96,2% dos professores do Ensino Fundamental no 1º grau (1ª a 4ª) eram do sexo feminino (ROSEMBERG, 2012, p. 356). Concernente a tal situação, Fúlvia Rosemberg fez a pertinente consideração:

As etapas iniciais da educação brasileira – as menos valorizadas com respeito ao custo aluno e ao salário pago a quem ensina – são as que necessitam de um corpo docente mais numeroso e que acolhe, generosamente, as mulheres. [...] A vocação, a missão, o sacerdócio do(a) mestre(a), expressões mais que centenárias na valorização retórica de quem se dedica a ensinar, não causam impacto na distribuição de salários. Ou a santidade da ocupação parece ser incompatível com o vil metal (ROSEMBERG, 2012, p. 355).

Apesar da concepção naturalizada e passiva em relação às mulheres, identificada na última fala de D. Vitalina, em outros momentos ela se mostrou uma defensora dos direitos femininos. No intuito de aguçar a memória da entrevistada, comentamos algumas matérias veiculadas em Montes Claros, no jornal *Gazeta do Norte*. Num artigo de 20 de março de 1960, o jornalista L. Pimenta se referiu à mulher como “sexo frágil” (PIMENTA, 1960). Perguntamos a D. Vitalina se ela ouvia, com frequência, essa expressão nas décadas de 1960 e 70. Imediatamente, ela respondeu: “Ouvia, só não concordo, porque a mulher de frágil ela não tem nada, tem?” (VITALINA, 2018). Pela velocidade e entonação da resposta, ficou claro o posicionamento crítico da professora sobre o uso da expressão para se referir à mulher.

Informamos a D. Vitalina que o articulista Newton Prates escreveu um artigo criticando a presença maciça de mulheres na Faculdade de Filosofia do Brasil, no Rio

de Janeiro (PRATES, 1960).⁷ Antes de terminarmos de comentar o conteúdo do artigo, D. Vitalina interrompeu dizendo: “Só o termo invadindo, já mostra o preconceito desse homem. Mulher não está invadindo nada não, [...] é um espaço de todos. O problema é dos homens que não estão na faculdade” (VITALINA, 2018). Essa inferência é apenas um exemplo da importância que a professora atribui às palavras. Talvez essa meticulosidade esteja relacionada à sua formação no curso de Letras, ao hábito de leitura e à busca constante por conhecimento. Como ela ressaltou, “eu não parei de estudar!” (VITALINA, 2018).

“Era bonito demais antigamente, viu!”

Essa frase – seguida por um suspiro – foi pronunciada por D. Vitalina para descrever sua satisfação em rememorar vivências passadas. Ela havia refletido sobre a chefia da família ao ser questionada se havia preponderância do homem nas decisões, na vida familiar em Montes Claros, nas décadas de 1960 e 70. Para ela, todas as decisões familiares eram realizadas em “comum acordo”, e todas as atitudes dos homens – que para nós indicam sinais de machismo – eram para proteger a família. Nesse sentido, torna-se perceptível o caráter patriarcal da sociedade montes-clarense, no contexto estudado, e a efetiva construção social das hierarquias de gênero.

Persistimos na temática das relações de gênero, questionando sobre a divisão das tarefas no ambiente doméstico. D. Vitalina respondeu:

Na época do meu pai, né, na... vamos dizer, na cultura, na cultura do meu pai é... já, do meu pai e das pessoas daquela época, é... já havia uma diferença muito grande entre afazeres, para os masculinos e para os femininos. As mulheres cuidavam de fazer trabalhos domésticos, propriamente ditos, e os homens trabalhavam, é... já trabalhavam. (VITALINA, 2018).

Nesse relato, observamos a nítida separação das atividades conforme os gêneros. Infelizmente, a entrevistada se esquivou dos nossos questionamentos. Entretanto,

⁷ O mencionado artigo de Newton Prates revela que se percebeu, em um levantamento, que em diversos cursos da Faculdade de Filosofia do Brasil no Rio de Janeiro havia uma proporção de dez mulheres para um homem. Além disso, ressaltou que os homens teriam que estudar mais para não serem considerados derrotados pelas mulheres. Prates findou o artigo com uma crítica, dizendo que causava muito espanto as mulheres aprenderem coisas tão complicadas, mas não aprenderem a cozinhar e a limpar casa (PRATES, 1960).

restaram indícios de que as pessoas que trabalhavam fora de casa não faziam trabalhos domésticos, como foi o caso dela, quando morava em Montes Claros e trabalhava em Juramento.

Questionamos D. Vitalina a respeito do seu sobrenome e ela afirmou que assinava apenas o sobrenome do pai:

[...] porque, geralmente, as mulheres quando se casavam, acrescentavam à assinatura o nome do marido. [...] O meu pai, teve essa, teve esse cuidado. Tanto que o... quem tem três nomes na nossa família são, geralmente, os homens! [...] por que eles não, eles não corriam o risco de acrescentar o nome de outra família no nome deles (VITALINA, 2018).

D. Vitalina não se casou, por isso continua assinando apenas um sobrenome. Parece que ela não percebeu que o questionamento tinha por objetivo ressaltar o recorrente apagamento da matriz materna nos registros dos(as) filhos(as). Mas, talvez, ela tenha percebido e preferiu não se aprofundar no assunto. Afinal, Alessandro Portelli nos alerta: “A comunicação sempre funciona de ambos os lados. Os entrevistados estão sempre, embora talvez discretamente, estudando os entrevistadores que os ‘estudam’” (PORTELLI, 1997, p. 35).

D. Vitalina demonstrou muito apreço por sua terra natal. “Eu nasci no município de Juramento, numa zona rural de Juramento, que eu gosto muito, que chama Campo Grande. É uma comunidade rural da qual eu tenho muita saudade até hoje” (VITALINA, 2018). A saudade e consideração se estenderam à família. “Eu tenho muito orgulho do meu pai e da minha mãe” (VITALINA, 2018). Em muitos momentos, a entrevistada conduziu seus argumentos para a memória familiar, lembrando com muito carinho dos irmãos, sobrinhos, cunhados e, principalmente, os pais.

Com um semblante tranquilo, D. Vitalina disse: “Eu, graças a Deus, eu não tenho lembrança desagradável não, você acredita?” (VITALINA, 2018). Respondendo afirmativamente com o movimento da cabeça, refletimos – silenciosamente – sobre os artifícios e seletividade da memória. Sobre o assunto, a afirmação de Portelli foi elucidativa: “Mas o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações” (PORTELLI, 1997, p. 33). Portanto,

a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, [...]. (PORTELLI, 1997, p. 33).

Sendo assim, D. Vitalina – senhora de memória ativa – constantemente ressignificou o passado ao narrar os aspectos positivos da sua vida, revelando aquilo que faz jus ser lembrado. É importante enfatizar que tais seletividades da memória foram criticadas pelos(as) estudiosos(as) que não acreditavam no potencial da história oral. Em contrapartida, Joutard argumentou sobre o relevante aspecto de tais constructos:

Sem contradição nem provocação, estou, de fato, convencido de que tais omissões, voluntárias ou não, suas deformações, suas lendas e os mitos que elas veiculam, são tão úteis para o historiador quanto as informações que se verificaram exatas. Elas nos introduzem no cerne das representações da realidade que cada um de nós se faz e são evidência de que agimos muito mais em função dessas representações do real que do próprio real (mesmo em um nível intelectual bem elevado). O que os historiadores positivistas consideram radicalmente como o ponto fraco do testemunho oral não apenas nos permite compreender melhor o ‘vivido’ dos testemunhos, mas também conhecer os motores da ação. Esses ‘erros’ nos apresentam uma forma de verdade superior [...] (JOUTARD, 2000, p. 34-35).

Percebemos, então, que as construções narrativas de D. Vitalina dizem muito sobre as representações do mundo social que ela produziu, revelando leituras do passado e do presente. Como bem refletiu Lucilia Delgado, “são os homens [e as mulheres] que constroem suas visões e representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcam sua própria história” (DELGADO, 2003, p. 10).

Além da vitalidade física, nossa entrevistada apresentou grande habilidade reflexiva. O amor pelas raízes e pelo passado levou D. Vitalina a sentir desejos de visitar a cidade de Juramento. Mas, após reflexões, mudou de ideia. Ela nos relatou seus questionamentos e conclusões:

Eu tenho saudade é de lá? Por que se a saudade é de lá, qualquer dia que eu for, Juramento tá lá. O rio tá lá, a vegetação tá lá...[...] Mas, eu tô com saudade não é disso. Olha que bonito que eu achei, [...] a saudade que a gente tem não é só do lugar, é da época que a gente viveu naquele lugar. Porque nessa época eu tinha mãe, tinha pai, tinha

meus irmãos. Eu estava, vamos dizer assim, desabrochando para a vida. [...] Quer dizer, eu vou chegar lá, lembrar da minha mãe, vou lembrar de mim lavando roupa no rio, é... de olhando os meus irmãos pequenos, de indo pra escola [...]. E isso eu não vou encontrar lá. [...] É nessa hora que eu acho que a reflexão ajuda a gente a viver (VITALINA, 2018).

Dona de raciocínio rápido e reconhecedora de suas habilidades – “olha que bonito que eu achei” – D. Vitalina percebia quando resgatava elementos instigantes na memória e manteve-se firme na defesa do passado: “Era bonito demais antigamente, viu!” (VITALINA, 2018).

“A reflexão ajuda a gente a viver”

Ao analisarmos as memórias de D. Vitalina em busca de representações sobre as mulheres em Montes Claros, nas décadas de 1960 e 70, perpassamos por temas não planejados inicialmente. Trabalhar com memórias nos conduz a veredas inesperadas. Esse projeto não teve o propósito de construir uma biografia, mas trabalhar com elementos da história de vida que articulam com o tema central da pesquisa. As marcas da trajetória e da vivência de D. Vitalina foram aparecendo ao longo dos relatos sobre temas específicos, formando uma espécie de vitral. Para tanto, juntamos pequenas preciosidades, com diversas tonalidades e formatos, atingindo uma imagem complexa da experiência feminina.

Nesse percurso estivemos atentas para não reproduzir o que Pierre Bourdieu denominou de “ilusão biográfica”. Em vários momentos, nossa entrevistada buscou nos apresentar as coerências de suas escolhas e a constância das suas atividades, traçando uma história de vida linear, que apontava para um sentido inteligível. Interessante pontuar que a construção dessa narrativa tinha grande influência do discurso religioso, sendo Deus o grande guia da vida de D. Vitalina. É compreensível a percepção da entrevistada, pois a religião católica é um componente importante da vivência da professora. Seus preceitos e atitudes têm muita influência de um modo de vida dito cristão. Nas suas palavras, “toda vida eu fui voltada pra essa questão da cidadania, a questão do direito, a questão da responsabilidade, a questão da participação” (VITALINA, 2018). É importante observar a recorrência de expressões como “toda vida”, que é um marcador da linearidade.

O envolvimento de D. Vitalina com a comunidade foi bem revelado em suas memórias, as quais se mesclavam com o tempo presente. A professora tem muito orgulho de exercer a cidadania, em clamar pelo respeito, em ter afeto pelas crianças e grupos marginalizados socialmente. Todos esses elementos juntos constituem a trama da vida de D. Vitalina, tornando-a tão complexa e significativa. Entretanto, concordamos com Bourdieu na seguinte assertiva:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica [...] (BOURDIEU, 1998, p. 185).

Talvez, o mais interessante da análise do passado através dos relatos orais seja, justamente, os percalços das memórias, sua inconstância, seu vai e vem, suas ressignificações. São nesses processos que percebemos como a vida não é banal, como ela não é simples. É desta maneira que observamos a vivência das mulheres, perpassadas por relações de poder, por violências explícitas e implícitas, por lutas, resistências e conquistas. Sendo assim, vislumbramos uma interessante interação entre história oral e história das mulheres, corroborando a consideração de Losandro Antonio Tedeschi:

[...] a história oral como prática constitui a instância mais viável de conhecimento para a história das mulheres e para os estudos de gênero no tempo presente. Além do mais, utilizar a história oral como ferramenta metodológica implica transformar o objetivo tradicional da historiografia, colocando os sujeitos em seus lugares, levando a um grande desafio de pensar as relações humanas como uma trama de significados onde o cotidiano da história se incorpora e se enriquece pelo protagonismo feminino (TEDESCHI, 2015, p. 340).

É nosso desejo registrar a agência das mulheres nas suas ações presentes e passadas. Seria importante revelar o nome da protagonista desta pesquisa, mas, a seu pedido, omitimos sua identidade. A solicitação foi acompanhada de uma justificativa, na qual D. Vitalina demonstrou receio das pessoas conhecidas julgarem seus relatos, identificando possíveis contradições em suas declarações. Mais uma vez entram em pauta os princípios da “ilusão biográfica” e, possivelmente, também uma questão de gênero. Afinal, uma mulher revelar sua história e seus posicionamentos ainda pode ser

compreendido por alguns como uma ousadia. Ainda é preciso superar a violência de gênero em nossa sociedade.

Mesmo protegida pelo pseudônimo, D. Vitalina construiu representações muito positivas sobre o passado em Montes Claros e sobre as pessoas que habitavam a região. Ela lamentou já ter percebido práticas preconceituosas para com negros e pobres, mas, de maneira geral, guarda recordações muito bonitas dos anos 1960 e 70. As mulheres, em seus relatos, aparentavam ser muito lutadoras e felizes. A relação entre os gêneros revelou-se harmoniosa, sem hierarquias e violências. O olhar de D. Vitalina focava nas oportunidades abertas às mulheres, pelo exercício da cidadania através do voto, pela disponibilidade de trabalho no magistério, pela liberdade em dirigir automóvel, em viajar a trabalho e a lazer, em ser independente financeiramente e em ter escolha de casar ou permanecer solteira. Aos caridosos olhos de D. Vitalina, “antigamente”, a vida dos homens e mulheres em Montes Claros era bela e de “muita paz”.

Devido a esse cenário pacífico reconstruído pelas memórias da professora, ela se declarou saudosista, não concebendo o termo como pejorativo. Para D. Vitalina, “o saudosista é aquele que cultiva a saudade” (VITALINA, 2018). Sendo assim, ela reivindicou: “Viver de saudade também é um direito. E prova que naquele tempo era melhor” (VITALINA, 2018).

Ao fim da entrevista, D. Vitalina nos revelou que se sentiu muito feliz em colaborar com este trabalho, que sabiamente chamou de “nossa pesquisa”. Há alguns anos, estudiosos como Portelli ressaltam essa questão: “O resultado final da entrevista é o produto de ambos, narrador e pesquisador” (PORTELLI, 1997, p. 35). Foi com trabalho coletivo, com empatia e troca de saberes que desvelamos um pouco mais da história de Montes Claros e de seus agentes nas décadas de 1960 e 70.

Contrariando o poeta Carlos Drummond de Andrade, quando este declara que o historiador veio para examinar “o ardido queixume das solteironas” (ANDRADE, 2014, p. 28), afirmo que as historiadoras vieram, também, para revelar a alegria e o otimismo das mulheres que escolheram não se casar. Sendo assim, finalizamos com a convicção que D. Vitalina é uma senhora de grande sabedoria, a propósito, as mulheres “não têm nada de frágil” e “a reflexão ajuda a gente a viver”!

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ANDRADE, Carlos Drummond. O historiador. In: _____. *A paixão medida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, M.; FIGUEIREDO, J. (ed.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

CALEIRO, Regina; PEREIRA, Laurindo Mékie (orgs.). *Unimontes: 40 anos de história*. Montes Claros (MG): Ed. Unimontes, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CUNHA, Luís Antônio; XAVIER, Libânia. Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral>. Acesso em: 14 mai. 2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, n. 6, p. 9-25, 2003.

D. VITALINA. Entrevistadora/pesquisadora autora deste artigo. Montes Claros (MG), julho/2018 (1h45m13s). Entrevista concedida ao projeto “Representações sobre as mulheres na imprensa montes-clarense – décadas de 1960 e 70”.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

JOUTARD, Philippe. Desafios da história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; Casa de Oswaldo Cruz; CPDOC-FGV, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. *Revista de História*, São Paulo, n. 155, p. 191-203, 2º sem. 2016.

PIMENTA, L. Cock Tail – Comentário. *Gazeta do Norte*, Montes Claros, 20 mar. 1960.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

PRATES, Newton. Nota carioca. *Gazeta do Norte*, Montes Claros, 24 mar. 1960.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.-dez. 1995.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Os lugares da história oral e da memória nos Estudos de Gênero. *OP SIS*, Catalão, v. 15, n. 2, p. 330-343, 2015.